

## **Transexualidades: os rostos do estigma e da exclusão social**

**Jaime Alonso Caravaca Morera<sup>1</sup>**

**Maria Itayra Padilha<sup>2</sup>**

### **1. Considerações iniciais**

A análise dos dicotômicos e pluriformes conceitos do sexo-gênero tem edificado sua estrutura sobre as bases de um problema central que está relacionado com uma construção democrática da sociedade: ser sujeito de direitos e deveres desde a lógica identitária e corporizada nas práticas e imaginários sociais.

Essa presunção explícita como se tem construído as identidades e as personalidades como produtos reguladores advindos dos discursos hegemônicos próprios dos códigos disciplinares e normalizadores da vida social.

Esses discursos têm sido caracterizados pelos artifícios homogeneizadores dos padrões culturais do coletivo, excluindo e discriminando aquelas personalidades que escapam do imaginário de “cidadão ideal”, inspirados nos legados patriarcais antigos.

---

<sup>1</sup> Professor e Pesquisador na University of Costa Rica (UCR). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal Santa Catarina-Brasil (PEN/UFSC). Email: [jacamorera@hotmail.com](mailto:jacamorera@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professora Titular do Departamento de Enfermagem e do PEN/UFSC-Brasil. Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do GEHCES. Pesquisadora do CNPq. Florianópolis-SC. E-mail: [itayra.padilha@ufsc.br](mailto:itayra.padilha@ufsc.br).

Socialmente são adjudicados rótulos valorativos aos eventos que acontecem às pessoas e às suas relações. Essas categorizações supõem na vida cotidiana um ato relacional de aceitação ou rejeição, que (in)visibilizam as pessoas ou os fatos sociais, levando-os *a posteriori* à iminente aceitação ou exclusão (ARÁN, 2006; PÉREZ-JIMÉNEZ, 2008).

Assim, categorizar o mundo social significa polarizar as pessoas e as situações, desapropriando as opções intermédias como consequência irrefutável do pensamento patriarcal-cartesiano na construção da vida ético-moral, a qual insiste em decidir quais comportamentos são virtuosos ou prejudiciais para a socialização, situando as pessoas diante da escolha entre o bem e o mal (RUSSELL, 2003).

Esse pensamento conduz conseqüentemente ao problema ontológico, que determina como são compreendidas as relações sociais em termos de exaltar a dicotomia identitária, baseados na negação sexual da diversidade e da diferença subjacente à condição humana, a qual repercute na interpretação do cuidar dos idênticos e não daqueles que são diferentes.

Neste contexto, a linguagem sócio-simbólica atua como agente moderador das (re)produções do estigma e da exclusão, ao mesmo tempo que possui propriedades sistêmicas que veiculam algumas performances de rejeição social, aqui em destaque, as transexualidades<sup>3</sup>.

Criou-se no imaginário que a palavra trans rima com transgressão, dado que para muitos é sinônimo de violação das noções que pressupõem a existência de uma norma que estabelece e demarca os limites do corpo, do sexo e do gênero. Sob essa concepção (explicitamente errada) justifica-se qualquer ato de limitação dos direitos humanos, discriminação e preconceito contra a população trans<sup>4</sup>. Esses significados polarizados e

---

<sup>3</sup>Entendemos a transexualidade como uma condição na qual uma pessoa com uma diferenciação sexual plástica-somática específica, considera que pertence ao gênero social oposto (por sinal artificial). Em outras palavras, como a pesquisadora Berenice Bento (2006) comenta, a transexualidade é uma dimensão identitária caracterizada pelo conflito potencial com as normas de gênero à medida que pessoas que a vivem, reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização de cirurgias ou da hormonoterapia.

<sup>4</sup>O termo “*trans*” nesta análise faz referência às pessoas que se auto-identificam dentro do *spectrum* de gênero como transhomens ou transmulheres. Além disso, o termo também pode incluir pessoas que se identificam dentro e fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino”. O uso deste conceito a nosso ver permite desvelar maior fluidez semântica de modo que elimina classificações excludentes. Utilizando este termo “guarda-chuva”, eliminamos a suposta hierarquia genérica

semanticamente inválidos desde a ótica patriarcal, amalgamam-se como sendo as interpretações sociais por meio de uma (re)produção discursiva que gera como resultado uma ambígua compreensão hermenêutica.

A (de)composição social dos significados do ser (ontológico) transexual, reflete em uma manipulação sócio-simbólica, evidentemente machista, incorporada ao discurso cultural que exacerba a naturalidade da desigualdade, rejeitando as determinantes culturais da diferença e da diversidade das manifestações sexuais e de gênero (LIONÇO, 2009).

Como consequência das atitudes hegemônicas (neo)patriarcais, advindas das práticas sócio-sexistas homogêneas intrincadas e derivadas do binário e dicotômico conjunto masculino-feminino, tem-se rotulado milhares de expressões sexuais que contrariam a dialética implementada há séculos, por meio de atos que dão sentido – significam – às práticas de exclusão (FREDERICK, *et al.*, 2011).

A vinculação entre o ser trans e as diferentes manifestações do estigma e da exclusão social encontram-se ilustradas nas dicotomias homem-mulher/masculino-feminino, que atuam como insígnia que legitima a homogeneidade social, ignorando o sentido heterônomo implícito na diversidade e na pluralidade humana.

Aqui, a discussão fundamenta-se nas ações de rejeição, conscientes e inconscientes, que enviesam as reflexões sobre essa pluralidade das manifestações humanas e fortalecem os discursos e as práxis cisheteronormativas na atualidade (ALMEIDA; MURTA, 2013).

Assim sendo, o objetivo desta reflexão é analisar como se entretecem e superpõem as diferentes manifestações do estigma e da exclusão entre a população trans no mundo discursivo pós-colonial, (re)produtor e predicador de atitudes “corretas”, traduzidas na construção de um imaginário de sujeito normal, universal e unificado que desvela como a sociedade de controle, aciona seus mecanismos de vigilância e punição.

Finalmente se abre um espaço para reflexão crítica que outorga visibilidade àqueles que aspiram por um lugar na suposta normalidade, vislumbrando a compreensão das

---

imposta entre transexuais, transgêneros e travestis, pois o termo certo a ser utilizado entre pessoas que não se encaixam dentro do binarismo sexo-gênero é o que essa pessoa escolheria para se identificar.

diferentes lógicas de apresentação da (tran)sexualidade como base para a execução dos direitos humanos inclusivos.

## **2. Os rostos da exclusão social**

A exclusão social, como realidade concreta não é um fenômeno recente: pode ser visualizada na trajetória histórica das desigualdades sociais e das populações socialmente subalternizadas. Possui antecedentes claros nas sociedades contemporâneas em forma de necessidades coletivas intensas, durante os séculos XIX e XX. Porém, a exclusão das populações transexuais expressa um panorama de configuração de iniquidade no contexto sociopolítico atual, cuja concepção continua ainda fluida como categoria analítica, difusa, apesar dos estudos existentes e os debates já estabelecidos (ADRIÁN, 2013).

A análise da exclusão social gera uma pluralidade não consensual de conceitos no meio acadêmico e político. Essa ambiguidade inerente à conceitualização do termo – exclusão – está sendo abordada pelas diferentes áreas do conhecimento que abrem a possibilidade de suplantar os vícios do monolitismo analítico e procuram decifrar o enigma da execução da isonomia sob a lógica objetiva da inclusão social.

Com efeito, a noção de exclusão social – bastante polissêmica – compreende fenômenos tão diversos que dificultam uniformizar o termo, já que isso suporia unificar todos os processos e os fatores que ela engloba, ou todas as formas que ela manifesta em uma mesma alternativa.

Essa reflexão teórica induz a uma organização específica de relações interpessoais e grupais que de alguma forma, concreta ou simbólica, segrega, afasta, discrimina ou priva dos direitos a uma população específica (CARRETEIRO, 2013).

Aqui, a dialética inclusão/exclusão (re)produz subjetividades específicas que não podem ser compreendidas unicamente pelos diferentes determinantes econômicos ou culturais, uma vez que elas determinam e são determinadas pelas diferentes formas de legitimação jurídica, política e coletiva que se manifestam no cotidiano como identidades, socializações e (des)afetividades.

Deve-se compreender a exclusão das transexualidades como um processo – ou um conjunto de processos – que apresentam uma geometria contextual e situacional variada e variável, ou seja, como um processo complexo e multifacetado que configura dimensões materiais, políticas, relacionais e dicotômicas (subjetivas-objetivas).

Aqui, as reflexões foucaultianas provêm um marco referencial da concepção de exclusão como processo dialético de inclusão. Seus argumentos transluzem a ideia de que a inclusão social é um processo de disciplinarização dos excluídos, portanto um processo de controle social e manutenção da ordem da desigualdade sócio-sexual.

Dessa forma desvela-se a exclusão como uma das múltiplas manifestações da luta pelo poder, neste caso, o poder patriarcal. A dinâmica entre a dialética exclusão/inclusão, demonstra a capacidade da sociedade existir como um sistema separatista, capaz de (des)organizar consensos e mutilar o bem estar de alguns coletivos (FOUCAULT, 2002; DECUYPERE; KNUDSON; BOCKTING, 2012).

Pode-se identificar na concepção contemporânea da exclusão contra as pessoas trans, um processo sutil e dialético que envolve o indivíduo na sua integralidade e nas suas relações com a alteridade. Não é um estado ou uma característica tangível que possua uma forma única, é simplesmente o resultado explícito do funcionamento das diversas instituições sociais e políticas. Essa identificação é capaz de desvelar uma plêiade conceitual e analítica que revela a extensão dos movimentos (torturantes) que mantêm a pessoa trans excluída como integrante (não integrado) da sociedade.

Denise Jodelet (2013) sintetiza as inquietações que instigaram à abordagem da presente reflexão, por meio da seguinte questão: o que faz com que em uma sociedade que preconiza valores democráticos, as pessoas aceitem e reproduzam a injustiça e as práticas de exclusão?

Nesse sentido, é imprescindível analisar o legado que as instituições ocidentais, heterocisnormativas, patriarcais e religiosas estabeleceram, com relação ao louvor de algumas características específicas, como: sexo, raça e religião. Nesta perspectiva, a psiquiatrização e patologização de alguns comportamentos naturais têm sido utilizados

como armas para institucionalizar a segregação e a exclusão dos grupos minoritários como as pessoas transexuais, categorizando-as como “anormais”.

Assim, a psiquiatrização conjuntamente com a legislação e a religião, entre outros mecanismos de segregação patriarcal, contribui e tem contribuído no reforço da exclusão, do estigma e da discriminação (DRESCHER; COHEN-KETTENIS; WINTER, 2012).

Esses argumentos levam a reflexão sobre a imposição que a sociedade realiza sobre o ser humano que faz com que se naturalizem práticas segregacionistas e excludentes, onde um dos rostos da exclusão termina por negligenciar o ser transexual. O nosso intuito aqui não é de colocar a pessoa transexual excluída à margem da sociedade, mas, sustentar que ela repõe a ordem social, sofrendo muito no processo de luta e inclusão social.

A pessoa trans nessa sua luta pela dignidade e isonomia dos seus direitos, tem confrontado diferentes espaços que visam à derrota/abolição de leis que instigam a segregação e a exclusão daqueles que possuem alguma característica que contradiz as imposições heterocisnormativas e sexistas criadas no âmbito patriarcal, como sistema de conservação do poder do homem sobre a mulher e as outras identidades de gênero (não binários, *genderfluid*, *gender queer*, etc).

A luta diária também é executada contra o marco da violência sócio-institucional e das categorizações médicas psiquiatrizantes que objetivam considerar como patológicos os comportamentos sexuais naturais atinentes à expressão do sexo-gênero quando estes não estão de acordo com o estabelecido pela sociedade.

Dessa forma e coincidentemente com a despatologização da homossexualidade pelo *Diagnosticand Statistical Manual of Mental Disorders* – DSM 3, passou-se patologizar a transexualidade ao considerar que qualquer pessoa que tivesse uma incongruência não linear entre a sua estrutura cromossômica, estética, genital e a identidade de gênero, devia ser considerada como doente mental<sup>5</sup>. Essa concepção tem instigado – de forma exponencial – a perpetuação da exclusão contra a população transexual (GUARESCHI, 2013).

---

<sup>5</sup>O DSM V ainda considera a transexualidade como disforia de gênero, logo continua no rol das patologias, segundo a Associação Americana de Psiquiatria.

Sob esse rótulo de doente mental, são desenhados diferentes processos, categorias e manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo com as instituições sociais e se estimula a rejeição de todos eles dos mercados materiais e simbólicos dos valores historicamente legitimados.

Essa exclusão não acontece unicamente nos espaços físicos, geográficos ou materiais, tampouco no mundo dos mercados e de suas trocas – simbólicas ou reais – mas de todas as riquezas espirituais, pois seu conjunto de valores não é reconhecido, havendo também a exclusão cultural e identitária.

Analisando a metamorfose da dialética exclusão/discriminação, faz-se necessário ressaltar que a discriminação e a exclusão social não podem ser consideradas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, já que existem outros micro-conceitos que se materializam na exclusão das pessoas trans, como a desqualificação, *desinserção*, apartamento social e desfiliação.

Esses termos se relacionam com a falta do (re)conhecimento da situação jurídico/legal da pessoa trans (do nome, do pronome social e do marcador de gênero), com a separação deles da sociedade (por ser um desigual ou um não semelhante) e com as rupturas/obstáculos do pertencimento do vínculo societal/laboral (MONTROYA, 2006; JODELET, 2013).

É relevante, também, destacar que a discriminação e exclusão social tendem a ser (re)produzidas através de alguns mecanismos que as reforçam e as expandem. Esses mecanismos podem ser achados nos diferentes níveis sociais, não sendo exclusivos de um dos estratos específicos da sociedade. Essa situação crítica nasce como produto da naturalização do fenômeno da exclusão ao longo dos tempos e surge como reflexo do poder hegemônico das ideias patriarcais.

O papel desse fenômeno, explicita a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de (re)produção da exclusão representado nos diferentes níveis sociais que naturalizam as práticas segregacionistas e discriminatórias e fazem com que ninguém se questione sobre os direitos que estão sendo violentados.

Por outro lado, revela-se a evidente fragilização dos vínculos sociais, por meio da visibilidade da atmosfera de conformismo (PECHENY; PETRACCI, 2006). A partir dessas reflexões, a heterocisnormalidade é tomada, não somente como uma prática sexo-genérica, mas como um regime de poder que desloca as categorias binárias entre homem/mulher, masculino/feminino, cis/trans e heterossexual/homossexual para o campo político.

Essa maquinaria funciona como uma matriz de poder que (re)produz corpos e sujeitos sexuados. Pensar na heterocisnormalidade dessa forma significa compreender que antes de ser uma destinação dos corpos, ela se inscreve nos corpos a partir de uma reiteração contínua e constituída como natural.

Este caráter naturalizado das artimanhas de aceitação da exclusão da pessoa trans contribui com o ciclo de desqualificação, no sentido de reforçá-lo e (re)produzi-lo. A avaliação das diferentes faces da exclusão em contextos marcados pelo peso das relações de poder patriarcal e das (heterocis)normativas sociais, exhibe um jogo de representações depreciativas de pessoas que sofrem uma invalidação dos seus direitos humanos mais básicos.

Isto último está modelado pela educação institucional (família, Estado e religião) autoritária que determina uma série de convencionalismos que punem as condutas contrárias aos valores (heterocis)convencionais historicamente instaurados (PECHENY; PETRACCI, 2006; PEREZ-JIMENEZ, 2008).

A escola como instituição social também motiva alguns estereótipos e comportamentos de maneira rígida, colocando todos os sujeitos, de acordo com sua genitália e gênero, em categorias, sem considerar as singularidades individuais e transgredindo também os direitos humanos.

A condição trans parece obliterar o “direito de ter direitos”, que por princípio todos os cidadãos possuem. A exclusão atua como agente determinante limitador ou anulador do acesso a direitos como educação, saúde, trabalho, livre trânsito, moradia, reconhecimento da sua identidade de gênero ou sexual do desejo, entre outros.



Sem o questionamento do sofrimento que causa a mutilação dos direitos humanos, a capacidade de autonomia e a subjetividade das pessoas trans no cotidiano, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização.

Neste cenário, o conceito de cidadania deve ser reavaliado e ampliado de forma crítico-analítica com a finalidade de conduzir à transformação efetiva das políticas de identidades e a uma cultura democrática inclusiva e de convivência social.

Deve-se, para tal, disponibilizar espaços para a crítica (auto)avaliadora e emancipadora daqueles que sendo diferentes, aspiram ter um espaço na suposta normalidade, enfatizando as identidades reconciliadas como bases para a construção de lógicas cidadãs inclusivas, pois supõe-se que estas englobam o sentido de tolerância que a diversidade e a diferença humana significam.

O propósito focal dessa transformação cidadã implica uma aposta à inclusão que fomenta a auto-organização dos diferentes espaços sociopolíticos e a afirmação do respeito à pluralidade, diversidade e diferença em condições igualitárias e isonômicas com a finalidade de construir uma sociedade inclusiva, sustentada na equidade, solidariedade e co-responsabilidade (RUBIO, 2010).

Essa ideia de cidadania inclusiva fortaleceria a cultura de acordo com a promoção de práticas simbólicas destinadas a compreender o ser humano em geral e especificamente a pessoa trans, na sua dimensão ontológica e gnosiológica, assim como valorizaria as relações interpessoais entre semelhantes (corpos interagindo com outros corpos), como signos de respeito que circula no meio dos diferentes atores sociais.

Esses ideais podem ser uma solução contra a exclusão. Pretendem-se com isso aliar a participação ativa e cívica com a finalidade de promover uma multiplicidade de oportunidades para solucionar alguns dos problemas sociais, cujas aproximações éticas possam prover um bem-estar comum coletivo.

A ruptura cultural do binarismo e dicotomismo supõem a inequívoca abertura de visões epistemo-ontológicas sobre o mundo das relações sociais e a realidade, que procure circular em diferentes vias de produção e valorize a confluência harmônica de argumentos provenientes de distintas disciplinas científicas e atores sociais. Por essa razão a construção

dicotômica homem-mulher deve replantar-se em torno das possíveis lógicas indenitárias que circulam na prática sócio-simbólica cotidiana (MONTROYA, 2006)

Essa (re)conceitualização das noções científicas e populares são necessárias para o enfrentamento dos desafios que a intersubjetividade representa como enclave da vida sociocoletiva. Faz-se necessário decompor e transformar as palavras excludentes utilizadas contra as populações transexuais e desvelar os verdadeiros sentidos, significados e identidades implícitas no seu ser.

A exclusão<sup>6</sup> contra as pessoas trans nos atuais contextos pós-coloniais é diferente das formas (pré)existentes de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a fazer pensar que existem indivíduos desnecessários no universo produtivo, para os quais parece não existir nenhuma oportunidade de inserção social, (re)criando, o conceito de seres descartáveis.

Dentro das novas configurações sociais que aparecem com a transformação da sociedade, hoje seria possível pensar em uma luta contra a exclusão das populações transexuais, que rompa com os modelos cisheterossexistas intrínsecos provenientes do binário sistema patriarcal.

Com a ruptura desses modelos separatistas e cartesianos seria possível a aceitação da pluralidade das identidades e manifestações sexuais e genéricas vistas de diversos ângulos ontológicos.

### **3. As artimanhas do estigma social**

O complexo fenômeno que se resume sob o conceito de estigma é um construto social que segue as normas culturais em um determinado contexto temporal/histórico. Nesta perspectiva o estigma é uma interpretação linguística de atributos, comportamentos ou reputações sociais que mostram descrença de uma forma particular, que faz com que um indivíduo (in)conscientemente seja categorizado por outro com um estereótipo de *rejeição* e *anormalidade* (GOFFMAN, 1983).

---

<sup>6</sup> A exclusão neste sentido refere-se aos processos que impedem a satisfação das necessidades básicas das pessoas trans e sua participação como membros ativos na sociedade.

O estigma não é um atributo fixo ou inerente de uma pessoa, mas sim, uma experiência flutuante e cinética ligada às pessoas portadoras de características físicas, morais ou grupais determinadas, que promovem o descrédito por parte do claustro *estigmatizante*.

No entanto, deve-se destacar que em alguns momentos, o estigma não é um fenômeno de livre flutuação social, dado que o nexos historicamente determinado entre os sentidos culturais e os sistemas de poder/dominação a ele ligados são decisivos.

Na análise da relação entre os conceitos de estigma e transexualidade foram tomadas como referência as concepções de Erving Goffman, no seu clássico livro *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (1983), publicado originalmente no ano de 1963.

Sendo ele sociólogo, utiliza esse conceito para referir-se a um atributo profundamente desacreditador, ou seja, uma característica que causa desvalorização como resultado de que essa característica propriamente dita está relacionada à consciência social com um estereótipo negativo.

Com a análise dos princípios preconizados por esse sociólogo pode-se chegar à compreensão de que o estigma é um processo social, fundamentalmente ligado ao poder e à dominação.

Parte-se aqui dos princípios goffminianos de que o estigma desempenha um papel fundamental na (re)produção das relações de controle/poder; e de que seu desdobramento faz com que alguns grupos sejam desvalorizados (estigmatizados) e outros supervalorizados (estigmatizantes) de formas inerentemente discriminatórias.

O estigma explicitado nas populações trans provavelmente é um fenômeno universal que guarda relação com os processos de categorização social com bases biológicas, psicológicas e sociais. Estas resumem de maneira simplista informações diversas e complexas, que em alguns momentos pode ser visto como uma reação defensiva/ofensiva para a sociedade e seus grupos heterocis-majoritários que rejeitam aquilo que não compreendem, além de fomentar a coesão e identificação dessa maioria social.

Embora nestas tenras aproximações, pareça fácil pensar de que o estigma contra a população trans é um fenômeno unitário, uma análise mais detalhada exhibe uma maior complexidade que deve ser tomada em consideração para enfrentar à temática. Encontram-se aqui imersos componentes cognitivos, afetivos e de condutas diferenciados, mas inter-relacionados, que fazem referência basicamente ao modo como a sociedade classifica ou categoriza as pessoas (ou as coisas) em termos dicotômicos de bom/ruim, desejável/indesejável e utilizável/rejeitável (LINK; PHELAN, 2001).

Diante disto, considerar as inter-relações específicas entre as estruturas macro e microsociais que convergem para produzir mecanismos de estigmatização dos transexuais, tornando-os mais vulneráveis a agravos à saúde e adjudicando a eles sentidos amorais e socialmente desqualificadores.

Esse esquema analítico apresenta-se complementar ao conceito de violência estrutural, que é caracterizada como uma violência evitável, indireta ou indiretamente relacionada à desigual distribuição do poder na sociedade, configurando, desse modo, sistemas sociais irregulares. Essas estruturas socioeconômicas desiguais compulsoriamente produzem o afastamento do transexual do gozo dos seus direitos.

Neste cenário, atitudes vinculadas ao estigma social e à violência estrutural contra as pessoas trans podem-se distinguir três macro processos intervencidos: *estereótipos*, conjunto de crenças, muitas vezes equivocadas, que a maioria da população possui em relação a um determinado grupo social, que condicionam/enviesam a percepção, a memória e a valoração de muitas das características e condutas dos membros desse grupo; *preconceitos*, predisposições emocionais, habitualmente negativas, que a maioria sente com relação aos membros do grupo cujas características estão sujeitas às crenças estereotipadas; e *discriminação*, propensão a desenvolver atitudes/ações negativas em termos de distância social com relação à população trans (DINOS, 2004).

Esses três processos se unem e reforçam mutuamente, sem que esteja clara a influência exercida entre eles. Parece ser que os estereótipos contra os transexuais, são aceitos na medida em que coincidem com os preconceitos emocionais e, nessa condição,

geram a discriminação da conduta, porém essas relações de causalidade são geralmente cíclicas/circulares e com reforços ambientais difusamente diversos.

Por outro lado, a associação deste complexo grupo de atitudes contra a população que foge da inteligibilidade dos sexos, corpos, gêneros e sexualidades, ocorre através do denominado processo de estigmatização (*stigmatization process*) que basicamente supõe um conjunto de passos mais ou menos sucessivos: a) a distinção do estigmatizado (a pessoa trans) e a identificação de uma determinada diferença ou marca que afeta ao grupo (neste caso seria a correspondência não linear entre a estética genital e a identidade de gênero artificialmente imposta); b) a associação de características negativas à população trans, em função de crenças heterocisnormativas/patriarcais e culturais prevalentes; c) a categorização como um grupo aparte e diferente (eles versus nós); d) as repercussões emocionais bilaterais nas pessoas que estigmatizam (ódio, incompreensão, medo, irritabilidade, ansiedade) e nos transexuais estigmatizados (medo, ansiedade, tristeza, vergonha); e) a perda de status e discriminação que afeta conseqüentemente à pessoa trans e seu grupo; f) a existência de fatores ou dimensões estruturais relacionadas com as assimetrias do poder patriarcal, sem as quais o processo não funcionaria, ou pelo menos não com a mesma intensidade nem com as mesmas condições para as pessoas transexuais prejudicadas (LOPEZ *et al*, 2008).

Vale a pena (re)lembrar o debate com relação ao processo de estigmatização enlaçado com a identificação/rotulagem (*labeling*) das pessoas transexuais consideradas como doentes mentais, que acontece prévio a formulação de estereótipos e preconceitos que refletem opiniões e sentimentos prevalentes no meio social.

Como efeito existe um número considerável de estudos que demonstram que a simples etiqueta de anormal ou doente mental, levanta opiniões e sentimentos (negativos) pessoais por si só, independentemente de que as condutas das pessoas trans comprovem o contrário.

Outros dos imperativos globais sobre as conseqüências diretas da patologização da população trans, evidencia-se no efeito *barreira* que o estigma joga no exercício dos

direitos e no acesso aos serviços, agravando consideravelmente a possibilidade de manifestação do “ser” com liberdade e autonomia.

Assim, a estigmatização pode ser constatada nas dificuldades do acesso a moradia, emprego e nas distintas relações sociais significativas com seu (sua) companheiro (a) sentimental e com as outras redes sociais; além das estigmatizações do tipo jurídico/legal, que embora não sejam tão evidentes, são perceptíveis os estereótipos e preconceitos sociais expostos na execução das políticas pouco inclusivas (ARGERMEYER *et al.*, 2004; EHRBAR, 2010).

Em uma visão aparente, o estigma social das pessoas transexuais gera consequências em diversas esferas. O primeiro grupo de repercussões é o referido logicamente nas próprias pessoas estigmatizadas, embora sejam descritas repercussões sobre o ambiente familiar e inclusive nas instituições que oferecem serviços de atenção a esta população.

Aqui as pessoas diretamente afetadas (a população trans), experimentam ao respeito dois grandes tipos de efeitos: os produzidos diretamente como resultado da discriminação pessoal e estrutural; e, os derivados da sua própria auto-estigmatização, onde intervêm fatores relacionados com a interiorização dos estereótipos prevalentes e as reações emocionais negativas que reproduzem o processo de estigmatização (GREEN, 2003).

Acredita-se que a referida auto-estigmatização conduza a uma desmoralização, sentimentos de vergonha, diminuição da auto-estima que favorece o isolamento e dificulta o pedido de ajuda, principalmente porque são poucas as instituições e profissionais preparados para fornecer uma atenção integral a esta população, isto se constitui como um fator de stress e segundo os modelos de vulnerabilidade, aumenta o risco de suicídio e sentimentos de auto rejeição incentivados pela necropolítica (LOPEZ *et al.*, 2008).

Porém é importante mencionar que nem todos os casos de auto-estigmatização levam à interiorização das atitudes prevalentes. De fato, alguns estudos referem-se a outros dois tipos de respostas alternativas que podem surgir; a primeira caracterizada pela indiferença diante o estigma social e a segunda relacionada com a autoafirmação/*empowerment* (RUSCH; ANGERMEYER; CORRIGAN, 2005; LOPEZ *et. al*, 2008).

Parece ser que a resposta depende da análise que a pessoa afetada faz da situação em função de algumas variáveis pessoais, mas também do contexto social e especialmente do nível de apoio sócio-institucional e dos grupos de referência com que a pessoa transexual conta.

Por essa razão, ressalta-se o papel dos movimentos associativos articulados em consonância com a população trans para potencializar esse aspecto defensivo contra o estigma que não só desvela uma interessante concepção ontológica ligada aos movimentos de reabilitação psicossocial, senão que também têm consistência teórica e operativa para mitigar os efeitos negativos que o próprio estigma causa.

A naturalização do conceito do estigma parece ser a consequência da naturalização de outros atributos sociais. A este respeito, a pessoa trans não só contesta à naturalização dos conceitos de corpo e sexo, como também da instituição do gênero e sexualidade, por essa razão esse estigma corresponde ao conceito goffminiano de corpos marcados e contestantes.

Com relação às estratégias gerais que podem ser identificadas para lutar contra o estigma das populações trans, desde a perspectiva da saúde podem-se identificar os movimentos de protesto, a educação e a inserção social. A primeira parece ter uma efetividade inicial, mas costuma perder força ao longo prazo, sendo as outras duas as mais promissoras em concordância as pesquisas psicossociológicas gerais (CORRIGAN; WATSON, 2002).

Nas disputas e debates que podem produzir leis de inclusão e luta contra o estigma, observa-se a importância da educação e a inclusão social como pontos chave para redefinir conceitos e mitigar preconceitos.

Conforme exista mais ativismo educativo e social que (contra)discuta os discursos hegemônicos psiquiatrizantes, patriarcais e patologizantes contra a população trans, ampliar-se-ia a visão de que os gêneros não são determinados pela natureza, reverberando nas diferentes instituições sociais e rompendo a binária/dicotômica visão da humanidade com relação à compreensão do sexo, corpo, gênero e sexualidade.

#### **4. Para não concluir...**

A referida exclusão social e o estigma que comprometem a integralidade das pessoas transexuais, manifestam-se como fenômenos sociais e universais que se cruzam com mecanismos dinâmicos de conhecimento, resultando difíceis de serem erradicados. Possuem componentes pessoais, cognitivos, emocionais e de conduta, além de aspectos estruturais que embora aconteçam simultaneamente, compreendem dinâmicas, efeitos causais e condições de vulnerabilidade próprias.

Esses fenômenos estão amalgamados às vidas das pessoas transexuais através de um processo que engloba várias fases: a identificação e rotulagem, a aplicação de estereótipos, a própria exclusão, as distintas repercussões emocionais, tudo isso com resultados negativos em termos de discriminação, simplificação dos direitos humanos justificadas sobre a base da assimetria do poder patriarcal.

O reconhecimento desses aspectos permitem estabelecer, (com grandes concessões ao otimismo) alguns elementos básicos para a execução de uma estratégia de intervenção, com a qual se pretende atingir dois grandes objetivos: interromper os processos de exclusão social, modificando as atitudes sociais prevalentes e eliminar os fatores de reforço e paralelamente diminuir o impacto que o estigma tem sobre os transexuais, ajudando-lhes a desenvolver estratégias pessoais adequadas à minimização do problema.

Para isso é necessário articular, processos consistentes e de longa duração, intervenções planejadas e desenvolvidas de forma conjunta e inter-relacionada. Utilizando o grito de sofrimento da população trans como orientação teórico-prática para a Saúde e às Ciências Sociais, desvela-se necessário implementar estratégias de enfrentamento da exclusão e do estigma, uma de ordem material/jurídica e outra de ordem afetiva e intersubjetiva (compreensão e apreciação do excluído na luta de reconhecimento pela sua cidadania).

A primeira estratégia é de responsabilidade política, e a segunda depende de todos os atores sociais. Sob essa perspectiva as políticas públicas poder-se-iam humanizar e



capacitar-se-iam para responder aos desejos do corpo e da alma das populações socialmente subalternizadas/negligenciadas.

Nesse sentido, a práxis psicossocial, deveria preocupar-se com o fortalecimento da legitimidade social de cada um pelo exercício da isonomia individual e a implementação de um olhar interseccional.

Complementarmente, os discursos contemporâneos têm acentuado nos imaginários coletivos, representações fortemente arraigadas na aquisição e individualidade hegemônica, o auge da propriedade privada em detrimento do bem-estar das populações socialmente vulnerabilizadas e desenham uma ética consumista que consolida práticas exacerbadas de produção/consumo que penetram e ultrajam os diferentes espaços sociais e direitos humanos.

Falar da dialética inclusiva e diminuição do estigma provoca uma compreensão metafórica da coexistência pacífica da convivência humana com as diversas identidades e cidadanias no mundo real e simbólico.

Finalmente, a consolidação do processo real de democratização, deve passar pela desnaturalização das formas com que são executadas as práticas discriminatórias e, portanto, geradoras de processos do estigma e exclusão.

Nessa perspectiva, o combate contra as diferentes manifestações de exclusão deverá prover níveis de proteção que garantam o exercício total da cidadania do transexual, visando e promovendo a liberdade do espírito e a sua autonomia; rompendo com a relação subordinação-subalternidade-discriminação.

## Referências

ADRIAN, T. Cuadrando el círculo: despatologización vs derecho a la salud de personas TRANS en DSM- 5 y CIE-11. **Comunidad y Salud**, Maracay, v. 11, n. 1, jun. 2013.

ALMEIDA, G.; MURTA, D. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex. salud soc.** Rio de Janeiro, v. 14, p. 380-407, 2013.

ANGERMEYER, M.C. et al. The Stigma of Mental Illness: Patients' Anticipations and experiences. **Int. J. Soc. Psychiatry**, v. 50, n. 2, p. 153-162, 2004.

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, June 2006.

BENTO, Berenice. A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: GARAMOND/CLAM, 2006.

CARRETEIRO, T. A doença como projeto" – uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In SAWAIA, B. (org.) **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORRIGAN, P.W; WATSON, A. Understanding the Impact of Stigma on People with Mental Illness», **World Psychiatry**, v. 1, n. 1, p. 16-20, 2002

DECUYPERE, G.; KNUDSON G.; BOCKTING, W. Response of the World Professional Association for Transgender Health to the Proposed DSM 5. Criteria for Gender Incongruence, 2012.

DRESCHER, J.; COHEN-KETTENIS, P.; WINTER, S. Minding the body: Situating gender identity diagnoses in the ICD-11, **International Review of Psychiatry**, v. 24, n. 6, p. 568-577, 2012.

DINOS, S. et al. Stigma: the Feelings and Experiences. **Br. J. Psychiatry**, v. 184, p. 176-181, 2004.

EHRBAR, R. Consensus from Differences: Lack of Professional Consensus on the Retention of the Gender Identity Disorder Diagnosis. **International Journal of Transgenderism.**, v. 12, n. 3, p. 60-74, 2010.

FOUCAULT, M. **Os anormais.**São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREDERICK, T. et al. Exploring gender and sexual minority status among street-involved youth. **Vulnerable Children and Youth Studies**, v. 6, n. 2, p. 166-183, 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma.** La identidad deteriorada, Buenos Aires, Amorrortu, 1997.

GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In SAWAIA, B. (org.) **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2013.

GREEN, G. et al. A Mental Health Service User's Perspective to Stigmatisation. **Journal of Mental Health**, v. 12, n. 3, p. 223-234, 2003.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In SAWAIA, B. (org.) **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.**Petrópolis: Vozes, 2013.

LINK, B.; PHELAN, J. Conceptualizing stigma. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 363-385, 2001.

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizadora do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 46-63, 2009.

LOPEZ, M. et al. La lucha contra el estigma y la discriminación en salud mental: Una estrategia compleja basada en la información disponible. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.**, Madrid, v. 28, n. 1, 2008.

MONTOYA, G. Aproximación bioética a las terapias reparativas: tratamiento para el cambio de la orientación homosexual. **Acta bioeth.**, Santiago, v. 12, n. 2, 2006.

PECHENY, M.; PETRACCI, M. Derechos humanos y sexualidad en la Argentina. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 12, n. 26, Dec. 2006.

PÉREZ JIMÉNEZ, C. Identidades en debate, ciudadanías para la inclusión: Ser Queer en un mundo Straight. **Revista de Ciencias Sociales**, v.14, n.3, p.513-527, 2008.

RUBIO, M. (coord), Rompiendo diques. Hacia una construcción de la equidad de género, Universidad Autónoma de Aguascalientes, México. 2010.

RUSSELL, B. **Ensayos Filosóficos**. 1ª Edición. Barcelona, Alianza Editorial, 2003.

RÜSCH, N.; ANGERMEYER, M. C.; CORRIGAN, P. Concepts, Consequences and Initiatives to Reduce Stigma. **Eur. Psychiatry**, v. 20, p. 529-539, 2005.

## **Transexualidades: os rostos do estigma e da exclusão social**

**Resumo:** Esta reflexão tem por objetivo analisar as diferentes manifestações do estigma e da exclusão social entre a população transexual. As diferentes expressões da transexualidade na contemporaneidade têm sido influenciadas pelos diversos dispositivos de controle heterocisnormativo oriundos do patriarcalismo. Evidencia-se que a exclusão social e a estigmatização possuem diferentes faces e componentes, tais como: aspectos pessoais, cognitivos, emocionais, estruturais e comportamentais, que emergem como consequência direta da implantação da ideologia psiquiatrizante e patologizante da condição transexual e das outras manifestações da corporeidade e sexualidade relativas à concepção ontológica dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Transexualidade; Transexuais; Exclusão social; Estigma Social.

---

## **Transexuality: reflecting about stigma and social exclusion**

**Abstract:** This reflection is aimed at analyzing the different manifestations of the stigma and the social exclusion among the transgender population. Numerous strategies have been raised from the heteronormative and patriarchal control that influence the different expressions of the transsexuality in contemporary times. Social exclusion and stigmatization have different faces and elements such as, the personal, cognitive, emotional, structural and behavioral components, which emerge as a direct result of the implementation of the pathologizing ideology of the transsexual condition and other manifestations of corporeality and sexuality in the ontological conception of the subject. Nursing and other Social Sciences, need to implement some strategies in different levels in order to diminish the consequences of social exclusion and stigma among this population.

**Descriptors:** Transexuality; Transsexual; Social exclusion; Social Stigma.

Recebido em: 21 de maio de 2015.

Aceito para publicação em: 07 de junho de 2016.